

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025****Despacho:**

Aprovado, por unanimidade  
em reunião extraordinária do Conselho  
Executivo da AMRAM, realizada a 11/07/2025.

**O Presidente do Conselho Executivo da  
AMRAM**

11/07/2025

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**Procedimento: 01/CLPQ/AMRAM/2025**

**Procedimento por Concurso Limitado por Prévia Qualificação para:  
“AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA DE GESTÃO URBANA E  
RESPECTIVOS VERTICAIS INTELIGENTES FUNCIONAIS”**

**CANDIDATURA N.º 13548 - MADEIRA CONECTADA, APROVADA NO ÂMBITO DO AAC  
INVESTIMENTO C19-I08 TERRITÓRIOS INTELIGENTES – AMA | ESTRATÉGIA NACIONAL  
DOS TERRITÓRIOS INTELIGENTES | N.º 01/C19-I08/2024 | AQUISIÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA [PRR]**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025****ÍNDICE**

Artigo 1.º.....	5
Identificação do procedimento .....	5
Artigo 2.º.....	5
Entidade Adjudicante.....	5
Artigo 3.º.....	5
Órgão que tomou a decisão de contratar .....	5
Artigo 4.º.....	6
Fundamentação da escolha do procedimento .....	6
Artigo 5.º.....	6
Tipo de procedimento .....	6
Artigo 6.º.....	7
Consulta e disponibilização das peças do procedimento .....	7
Artigo 7.º.....	7
Esclarecimentos, erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos .....	7
Artigo 8.º.....	8
Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação.....	8
Artigo 9.º.....	9
Fases do Procedimento .....	9
Artigo 10.º .....	9
Modelo e Critério de Qualificação dos candidatos .....	9
Artigo 11.º .....	9
Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira.....	9
Artigo 12.º .....	10
Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos .....	10
Artigo 13.º .....	10
Prova de conceito.....	10
Artigo 14.º .....	11
Documentos que constituem as candidaturas.....	11
Artigo 15.º .....	12
Idioma dos documentos da candidatura .....	12
Artigo 16.º .....	12
Prazo para apresentação das candidaturas .....	12
Artigo 17.º .....	12
Modo de apresentação das candidaturas.....	12



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

Artigo 18.º .....	13
Qualificação dos candidatos, relatório preliminar e relatório final .....	13
Artigo 19.º .....	13
Prazo para a decisão de qualificação .....	13
Artigo 20.º .....	13
Documentos que constituem a proposta .....	13
Artigo 21.º .....	15
Idioma dos documentos que constituem a proposta.....	15
Artigo 22.º .....	16
Propostas Variantes e Negociação .....	16
Artigo 23.º .....	16
Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem .....	16
Artigo 24.º .....	16
Prazo para a apresentação da proposta.....	16
Artigo 25.º .....	16
Abertura das propostas .....	16
Artigo 26.º .....	16
Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....	16
Artigo 27.º .....	17
Critérios de Adjudicação e de Desempate .....	17
Artigo 28.º .....	17
Esclarecimentos e suprimientos das propostas .....	17
Artigo 29.º .....	18
Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final .....	18
Artigo 30.º .....	19
Lista de concorrentes, consulta e análise das propostas apresentadas .....	19
Artigo 31.º .....	19
Adjudicação .....	19
Artigo 32.º .....	20
Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário .....	20
Artigo 33.º .....	22
Idioma dos documentos de habilitação .....	22
Artigo 34.º .....	22
Prazo para apresentação dos documentos de habilitação .....	22
Artigo 35.º .....	23
Caução.....	23
Artigo 36.º .....	23



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

Minuta e outorga do contrato.....	23
Artigo 37.º .....	24
Despesas e encargos do adjudicatário .....	24
Artigo 38.º .....	24
Tratamento de Dados pessoais .....	24
Artigo 39.º .....	24
Impugnações administrativas .....	24
Artigo 40.º .....	25
Notificações e comunicações .....	25
Artigo 41.º .....	25
Prevalência .....	25
Artigo 42.º .....	25
Revogação da decisão de contratar .....	25
Artigo 43.º .....	25
Possibilidade de ajuste direto .....	25
Artigo 44.º .....	25
Legislação aplicável .....	25
ANEXO I - DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP) .....	27



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025****Artigo 1.º****Identificação do procedimento**

1. Concurso Limitado por Prévia Qualificação com Publicidade Internacional N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025 tendo em vista a AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA DE GESTÃO URBANA E RESPECTIVOS VERTICAIS INTELIGENTES FUNCIONAIS (PRR).
2. A prestação dos serviços e os bens objeto do presente procedimento são classificados de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição indicada no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008, a saber:
  - a. CPV Principal: 72200000-7 Serviços de consultoria e de programação de software.
  - b. CPVs Secundários: 35125100-7 Sensores e 71356200-0 Serviços de assistência técnica.

**Artigo 2.º****Entidade Adjudicante**

AMRAM – Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, pessoa coletiva n.º 511 027 303, sita em Rua da Mouraria n.º 44 e 46, 9004-508 Funchal – Madeira, com o número de telefone 351 291 200 730, com o endereço de correio eletrónico [mail@amram.pt](mailto:mail@amram.pt) e com o sítio institucional [www.amram.pt](http://www.amram.pt).

**Artigo 3.º****Órgão que tomou a decisão de contratar**

1. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Executivo da AMRAM, por deliberação tomada em reunião realizada a 11 julho de 2025, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. A repartição dos encargos orçamentais plurianuais, emergentes da execução do contrato, foi autorizada pela Assembleia Intermunicipal da AMRAM, em reunião realizada a 14 de março de 2025, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), na sua última redação e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua última redação.
3. O órgão competente para a decisão de contratar decidiu não adjudicar por lotes, porquanto:
  - a. Da leitura conjugada, dos números 1, 2 e 3 do Art.º 46º-A do CCP, não é possível realizar a adjudicação por lote, uma vez que o objeto contratual é técnica e funcionalmente indivisível e tal divisão em lotes poderá causar inconvenientes à entidade adjudicante.
  - b. A gestão de vários contratos em simultâneo revela-se manifestamente menos eficiente para a entidade adjudicante do que a gestão de um único contrato.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

c. A decisão da não divisão em lotes prende-se ainda com os seguintes fatores essenciais:

- i. Multiplicidade e interdependência dos serviços e equipamentos a fornecer e implementar: O projeto integra componentes de diversa natureza técnica (incluindo serviços de instalação, configuração e integração de sistemas, bem como fornecimento de equipamentos especializados), cuja execução articulada e coerente se revela fundamental para garantir a compatibilidade e interoperabilidade global dos sistemas.
- ii. Risco de incompatibilidades técnicas entre diferentes prestadores: a eventual adjudicação a múltiplos operadores económicos distintos aumentaria significativamente o risco de incompatibilidades entre os sistemas e soluções fornecidos, comprometendo a funcionalidade final pretendida com o projeto.
- iii. Necessidade de coordenação técnica centralizada: a presença de um único adjudicatário permite uma gestão mais eficaz da execução contratual, com ganhos de eficiência na coordenação, fiscalização e cumprimento de prazos, mitigando riscos de atrasos resultantes da articulação entre vários prestadores.
- iv. Cumprimento de prazos críticos: a fragmentação do contrato implicaria uma maior complexidade na gestão dos diferentes subcontratos e uma dependência entre fases que poderia originar atrasos incompatíveis com o cronograma do projeto, nomeadamente em contextos de financiamento comunitário com prazos de execução rígidos.

**Artigo 4.º****Fundamentação da escolha do procedimento**

O presente procedimento é um Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicitação internacional, publicidade no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), destinado a selecionar previamente os candidatos com base em critérios de qualificação, de forma a procurar garantir que estes têm a capacidade necessária para executar o contrato, bem como para reduzir o número de propostas a analisar, tendo em conta a complexidade e dimensão dos serviços. A Avaliação segue o critério do valor definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor, e demais legislação e regulamentação aplicáveis, em especial, nos termos e efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, artigos 38.º e 39.º, alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º e artigo 162.º e seguintes do CCP.

**Artigo 5.º****Tipo de procedimento**

Este procedimento insere-se no enquadramento legal de Aquisição de Serviços e Bens definido na alínea d) do n.º 1 e na alínea d) e e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º do CCP.

## **Artigo 6.º**

### **Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1. O processo do procedimento é, atento o disposto nos artigos n.º 40.º e seguintes, nomeadamente nos termos do plasmado na alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 40.º, artigos 41.º e 42.º e ainda, o previsto no artigo 164.º, à luz do consagrado no artigo 38.º, todos do CCP, constituído pelas peças do procedimento, bem como pela demais documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do procedimento do Concurso Limitado por Prévia Qualificação são as previstas no artigo 40.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos.
3. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica AcinGov, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt> desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
5. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.
6. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma AcinGov apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

## **Artigo 7.º**

### **Esclarecimentos, erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos**

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do Júri do procedimento, atento o disposto no n.º 1 e alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem,

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas:

a. O Júri nomeado para efeitos do presente Concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;

b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das candidaturas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 175.º do CCP.

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.

6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**Artigo 8.º****Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, até o termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado por período equivalente.

3. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das candidaturas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 175.º do CCP.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025****Artigo 9.º****Fases do Procedimento**

O presente Concurso Limitado por Prévia Qualificação integra as seguintes fases:

- a. Apresentação das candidaturas, prova de conceito e qualificação dos candidatos;
- b. Apresentação e análise das propostas;
- c. Adjudicação.

**Artigo 10.º****Modelo e Critério de Qualificação dos candidatos**

1. O modelo de qualificação é o modelo simples.
2. São qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos de capacidade técnica e de capacidade financeira enunciados no artigo 11.º.

**Artigo 11.º****Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira**

1. Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira:
  - a. A média do EBITDA dos últimos 3 anos deve ser no mínimo 3.208.380,00 € (três milhões duzentos e oito mil, trezentos e oitenta euros) correspondente a duas vezes o valor do preço base, para garantir robustez financeira para suportar a implementação do projeto;
  - b. Utilização de Data Center certificado Tier III, localizado em território nacional, para alojamento de aplicações e dados, por forma a garantir viabilidade técnica de alojamento;
  - c. Certificado em Segurança da Informação por referência à Norma ISO 27001 para instalação e/ou implementação de soluções que abranjam o segmento empresarial;
  - d. Certificações ISO: Certificação de Qualidade por referência à Norma ISO 9001;
  - e. Certificação em Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação por referência à Norma ISO 20000-1;
  - f. Capacidade de entrega de espectro na banda da rede móvel nacional 4G e 5G, na posse das necessárias licenças legais;
  - g. Experiência comprovada em projetos semelhantes, demonstrando cumulativamente, experiência em:
    - i. 2 (dois) projetos de implementação de novas redes de comunicação NB-IoT, cada um com uma dimensão superior a 50 (cinquenta) unidades de sensorização; e
    - ii. 3 (três) projetos no território nacional de Smart Cities implementados em entidades públicas, que contenham plataforma central de agregação de vários verticais, e respetivos serviços.
  - h. Certificação de que o Gestor do Projeto tem o certificado de Project Manager Professional (PMP).

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

- i. A equipa a afetar à execução do contrato deve de ser constituída, no mínimo, por 5 (cinco) elementos, dos quais:
    - i. 20% devem de possuir nível de qualificação 7 ou superior, de acordo com o quadro europeu de qualificações;
    - ii. pelo menos um Engenheiro Informático, com habilitações mínimas ao nível de qualificação 6 (Engenharia Informática, Engenharia Informática e Sistemas ou curso equivalente) e com experiência profissional não inferior a 3 (três) anos como Engenheiro Informático.
  - j. As quantidades mínimas de sensores e outros equipamentos, a afetar por município, e por vertical, são as previstas no ANEXO XIII do presente Programa de Procedimento.
  - k. Realização de uma prova de conceito.
2. Os requisitos técnicos e financeiros referidos nas alíneas a) e g) devem ser preenchidos pelo candidato, não podendo o mesmo recorrer à subcontratação para o preenchimento dos requisitos mínimos em causa.

**Artigo 12.º****Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos**

1. No caso de o candidato ser um agrupamento, considera-se, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 182.º do CCP, que preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira indicados no artigo 11.º do presente Programa de Procedimento, desde que, relativamente a cada requisito, um dos membros os preencha individualmente, salvo o disposto na alínea seguinte.
2. Os requisitos mínimos definidos na alínea a) e g) do artigo 11.º do presente Programa de Procedimento devem ser preenchidos por todos os membros do agrupamento.

**Artigo 13.º****Prova de conceito**

1. A prova de conceito (vulgarmente conhecida como “demo”) será realizada por transmissão online de dados, através do envio do link que contenha a prova de conceito, tal como referido na alínea h) do número 3 do artigo 20.º do presente Programa de Procedimento, para que a Entidade Adjudicante a possa avaliar, de acordo com o ANEXO XII.
2. Atendendo ao facto da extensão das soluções objeto do concurso, foram selecionadas para prova de conceito os verticais que não implicam uma implementação física de forma a tornar a prova de conceito viável para os candidatos.
3. Como tal, foram selecionadas para prova de conceito os seguintes verticais:
  - a. Vertical 1 - Gestão de Ocorrências; e
  - b. Vertical 2 - Gestão de Equipamentos.
4. É fator de não qualificação da candidatura a não demonstração/cumprimento de um dos requisitos identificadas no ANEXO XII.

**Artigo 14.º****Documentos que constituem as candidaturas**

1. Para verificação do cumprimento dos requisitos de capacidade técnica e financeira referidos no artigo 11.º do presente Programa de Procedimento, as candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, a saber:
  - a. DEUCP - Documento Europeu Único de Contratação Pública, **ANEXO I** ao presente Programa de Procedimento, disponível em <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>;
  - b. Para comprovar a sua capacidade financeira, os candidatos ou, no caso de um agrupamento, os membros do agrupamento, deverão apresentar declaração certificada por Técnico Oficial de Contas, relativa ao volume global de negócios dos últimos 3 (três) exercícios, apresentando as Informações Empresariais Simplificadas (IES) dos últimos 3 anos (exercícios), que permitam comprovar os rácios pedidos na alínea a), do número 1 do artigo 11.º do presente programa;
  - c. Cópia do Certificado do Data Center detido para alojamento das soluções;
  - d. Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 27001, ou equivalente;
  - e. Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 9001, ou equivalente;
  - f. Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 20000-1, ou equivalente;
  - g. Licenças (emitidas pela Autoridade Nacional das Comunicações - ANACOM) para comunicações móveis de voz e dados, 4G e 5G, em Portugal;
  - h. Declaração sob compromisso de honra assinada pelo candidato, com indicação do contacto do Cliente que possa atestar a veracidade da informação, de forma a confirmar a experiência em projetos relevantes de acordo com o definido na alínea g), do número 1 do artigo 11.º do Programa de Procedimento.
  - i. CV com a respetiva certificação Project Management Professional (PMP) válida do Gestor de Projeto, expurgado dos dados pessoais substituídos pela primeira letra no primeiro nome e primeira letra do último nome.
  - j. Equipa de projeto a afetar à execução do contrato, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO IV ao Programa de Procedimento.
  - k. Curriculum vitae de todos os recursos a afetar à execução do contrato.
  - l. Certificado de habilitações de todos os recursos a afetar à execução do contrato.
  - m. Link com layout simples para a prova de conceito.
2. Sem prejuízo do número 2 do artigo 12.º, quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda substituída por uma declaração

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

3. Caso o candidato revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

**Artigo 15.º****Idioma dos documentos da candidatura**

1. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 169.º do CCP.

2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos destinados à qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

3. Em função da especificidade técnica dos documentos destinados à qualificação dos candidatos, o programa do procedimento pode admitir que alguns dos documentos referidos na alínea j) do n.º 1 do artigo 164.º sejam redigidos em língua estrangeira, indicando os idiomas admitidos.

**Artigo 16.º****Prazo para apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 6.º até às 23h59 do trigésimo dia, a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

**Artigo 17.º****Modo de apresentação das candidaturas**

1. Os documentos que constituem as candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 6.º, devendo ser assinados eletronicamente.

2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:

- a. Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada; e
- b. Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

4. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, caso exista, devendo ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou por todos os membros do agrupamento, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos números 2 e 3 do presente artigo.



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025****Artigo 18.º****Qualificação dos candidatos, relatório preliminar e relatório final**

1. A análise das candidaturas será realizada com base na verificação e análise da documentação entregue para preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira e técnica bem como nos esclarecimentos solicitados aos candidatos, nos termos do disposto no artigo 183.º do CCP.
2. São qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira.
3. Após a análise das candidaturas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a qualificação dos candidatos.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos candidatos por meio da plataforma eletrónica, para aqueles, que querendo, se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos candidatos se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidato se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de Concurso Limitado por Prévia Qualificação, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente para efeitos de qualificação de candidatos.

**Artigo 19.º****Prazo para a decisão de qualificação**

É de 20 (vinte) dias, o prazo para a decisão de qualificação.

**Artigo 20.º****Documentos que constituem a proposta**

1. Os candidatos que se qualifiquem são convidados a apresentar proposta.
2. Na proposta o Concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, vinculando-se nos seus exatos termos.
3. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a. Cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à "Certidão Permanente" da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro, na sua redação atualizada), no caso do concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

b. **“Proposta de preço”** total em conformidade com o modelo **ANEXO II (WORD)** ao Programa de Procedimento, considerando:

1. Preços por fases, que não devem incluir o IVA;
2. Preço por CPV, que não devem incluir o IVA;
3. Preço por cada componente e por município, que não devem incluir o IVA;
4. Preço anual dos serviços associados (SaaS) para funcionamento do Vertical 16 - Gestão de Frota, devendo incluir no valor da proposta, os custos refletidos para o período de 5 (cinco) anos (R/GFR/12).
5. Preço unitário e preço global de componentes adicionais opcionais, se aplicável, que não devem incluir o IVA;
6. Discriminação de eventuais custos com licenças de software ou análogas necessárias ao bom funcionamento da PGU e dos respetivos verticais, incluindo consumo dados móveis ou outros e discriminadas por custo anual estimado (custo não incluído no valor-base do procedimento e suportado separadamente pelos municípios), que não devem incluir o IVA.
7. São excluídas as propostas que não apresentem o preço para cada uma e para a totalidade das componentes identificadas no **ANEXO II (WORD)** ao Programa de Procedimento.

c. **Memória descritiva** da forma como se propõe a implementar o projeto e memória descritiva relativa ao funcionamento da PGU e dos verticais (solução global), discriminando designadamente:

1. Quais as fontes externas que a solução suportará por vertical (R/GERAL/21);
2. A solução que propõe, seja por tecnologia de radar e IA, por sensores físicos ou outros sistemas, especificando, no caso de optar por sensores, a sua tipologia, características técnicas, bateria e atualizações over-the-air, garantindo a sua robustez material para os fins e meio exterior onde serão adotados (R/GES/04); e
3. Indicação dos requisitos para servidor e para a base de dados para instalação da PGU.

d. **Fichas técnicas dos bens/equipamentos** a fornecer para o correto funcionamento dos verticais, especificando os dataloggers a fornecer, devendo os mesmos respeitar, no mínimo, as seguintes características:

1. Registo de dado com relógio em tempo real de elevada precisão;
2. 80 leituras mínimas por dia com transmissão diária;
3. Proteção contra águas, poeiras e outros elementos externos;
4. Suporte a configuração remota;
5. Registo dos dados recolhidos, com timestamp;
6. Registo de alarmes/avarias; e
7. Transmissão dos dados e alarmes para plataforma web.

e. **Plano de Trabalhos**, que inclua o cronograma de execução, com respeito pelos prazos indicados na Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos - Prazo da prestação do serviço.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

- f. **Mapa de Quantidades dos equipamentos a fornecer** que discrine os equipamentos e quantidades a fornecer pelo cocontratante, para cada vertical e para cada município, em conformidade com o modelo **ANEXO III** ao Programa de Procedimento.
- g. **Linguagens de programação**, documento que indique/identifique as linguagens de programação utilizadas e tipologias de base de dados utilizadas.
- h. Indicação de **link demonstrável de prova de conceito** da solução proposta com suporte aos verticais identificados no número 3 do artigo 13.º do presente Programa de Procedimento.
- i. **Conteúdos programáticos** relativos aos serviços de suporte aos utilizadores dos sistemas a adquirir/atualizar.
- j. Quaisquer **outros documentos** que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta, e os elementos técnicos e outros necessários à apreciação do mérito da proposta tendo em atenção o Critério de Adjudicação, incluindo, vídeos demonstrativos ou acessos a plataformas informáticas com características análogas.
4. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, expresso em euros, arredondados à segunda casa decimal, e não incluem IVA;
5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
7. Devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, todos os documentos que constituam a proposta, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
8. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
9. Cada documento deve corresponder a um documento digital individual, e não num único ficheiro digital contínuo que agregue todos os documentos.
10. Os agrupamentos de concorrentes, na instrução da sua proposta, devem indicar as empresas que constituem e indicar a participação relativa de cada membro do agrupamento ou consórcio, em termos percentuais.

**Artigo 21.º****Idioma dos documentos que constituem a proposta**

1. A proposta e os documentos que os constituem devem ser redigidos,

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

obrigatoriamente, em língua portuguesa.

2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

**Artigo 22.º****Propostas Variantes e Negociação**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do Caderno de Encargos.

2. No presente procedimento não há lugar a negociação das propostas.

**Artigo 23.º****Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados, única e exclusivamente, através de carregamento na plataforma eletrónica em uso nesta entidade com endereço <http://www.acingov.pt>.

2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta, com recurso a certificado digital qualificado, assim como todos os documentos que lhe associarem.

3. A falta de instrumentos de representação quando o certificado não contenha os poderes de representação e assinatura é suprível nos termos aplicáveis ao suprimimento de irregularidades formais.

**Artigo 24.º****Prazo para a apresentação da proposta**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23h59 do 25.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no JOUE.

2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

**Artigo 25.º****Abertura das propostas**

O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica AcinGov.

**Artigo 26.º****Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

Os proponentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

**Artigo 27.º****Critérios de Adjudicação e de Desempate**

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator, através do modelo de avaliação das propostas indicado no **ANEXO V**.

2. Em caso de empate no 1.º lugar da classificação, será adjudicada a proposta que apresente:

1.º critério: Fator Preço – Proposta que apresente um Preço global da proposta mais baixo;

2.º critério: Fator Gestor de Projeto – Proposta que apresente um Gestor de Projeto com mais anos de experiência;

3.º critério: Fator Recursos Humanos/Quadro Europeu de Qualificações (RH/QEQ) - Proposta que apresente a maior pontuação no Fator RH/QEQ;

4.º critério: Fator Recursos Humanos/Experiência na área da Certificação (RH/EC) - Proposta que apresente a maior pontuação no Fator RH/EC; e

5.º critério: Sorteio, a realizar nos seguintes termos:

a. O sorteio será realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

b. Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

c. O sorteio será composto por bolas brancas numeradas de 1 até ao número total de concorrentes em situação de empate, e acondicionadas num saco preto opaco. Os representantes dos concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco as bolas começando pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo. Os concorrentes ausentes do sorteio ou que se recusem a retirar a bola do saco, sendo representados por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri.

d. Ficará em primeiro lugar a proposta cujo pontuação na respetiva bola do sorteio seja maior, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontuação.

**Artigo 28.º****Esclarecimentos e suprimimentos das propostas**

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

3. O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

a. A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos I e V ao Código de Contratação Pública ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;

b. A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;

c. A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.

5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

6. Os pedidos do Júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica AcinGov, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**Artigo 29.º****Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final**

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente Programa de Procedimento, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.

2. No relatório preliminar o Júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente Programa de Procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.

3. Caso todas as propostas sejam excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

(pressupõe que estejam reunidos todos os pressupostos constantes do artigo 70.º n.º 6 do CCP).

4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

5. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica AcinGov, para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.

6. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o Júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.

7. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

**Artigo 30.º****Lista de concorrentes, consulta e análise das propostas apresentadas**

1. No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes, na plataforma eletrónica.

2. Será facultada aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, a consulta de todas as propostas apresentadas diretamente na plataforma eletrónica.

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, nos termos do n.º 4 do artigo 138.º do CCP.

5. As propostas são analisadas em todos os seus atributos e termos ou condições.

**Artigo 31.º****Adjudicação**

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação para, no mesmo prazo, prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.

4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

**Artigo 32.º****Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO II ao referido Código, adaptada de acordo com o modelo constante do ANEXO II-M ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º deste diploma, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, constante do **ANEXO VI**, do presente Programa, do qual faz parte integrante.

b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

d. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;

e. Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

[O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados.

<https://www2.gov.pt/servicos/preencher-a-declaracao-do-registo-central-do->



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

beneficiário-efetivo-rcbe-)]

f. Sem prejuízo do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado, aditado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111 -B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, a conferida pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, na Região Autónoma da Madeira o adjudicatário está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, apresentando ainda os seguintes documentos:

- i. Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
  - ii. Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
  - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
  - iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA.
- g. Informação sobre a dimensão da entidade adjudicatária, conforme modelo constante do **ANEXO VII** do presente Programa.
- h. Número e validade do Cartão de Cidadão e número de Contribuinte da(a) pessoa(s) que intervêm na assinatura do contrato.

2. O documento previsto na alínea d) do n.º 1 do presente artigo apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta.

3. Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas na alínea f) do n.º 1 do presente artigo, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, na sua redação atual, conforme modelo constante do **ANEXO VIII** do presente convite, caso aplicável.

4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.

5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

7. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica AcinGov.

8. Para além das causas de caducidade da adjudicação previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da adjudicação a não apresentação dos documentos relativos às obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário e ou subcontratados.

9. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12, ser apresentados por todos os seus membros.

10. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário.

11. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

**Artigo 33.º****Idioma dos documentos de habilitação**

Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

**Artigo 34.º****Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após a notificação da adjudicação.

2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

3. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

4. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 3 (três) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

**Artigo 35.º****Caução**

1. Para efeitos de garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, o Adjudicatário prestará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação de adjudicação, caução correspondente a 5% (cinco) do preço contratual.

2. A caução poderá ser prestada por depósito em dinheiro (**ANEXO IX**), mediante garantia bancária à primeira solicitação (**ANEXO X**) ou mediante seguro-caução (**ANEXO XI**).

3. O Adjudicatário deve comprovar a prestação da caução no dia útil imediatamente subsequente, através da junção (upload) do documento na plataforma eletrónica.

4. O documento original comprovativo da caução prestada deve ser enviado para a Adjudicante, devendo fazer referência ao presente procedimento.

5. A adjudicação caduca, se por facto que seja imputável ao Adjudicatário, este não preste a caução, em tempo e nos termos estabelecidos na lei.

6. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

**Artigo 36.º****Minuta e outorga do contrato**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos três dias subsequentes à respetiva notificação.

3. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP, mas nunca antes de:

a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;

b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;

c. Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

d. Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:

a. No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;

b. No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

**Artigo 37.º****Despesas e encargos do adjudicatário**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, se devida, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

**Artigo 38.º****Tratamento de Dados pessoais**

1. Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ("RGPD") – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD ("LERGPD"), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, após a adjudicação do contrato, se eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.

2. A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

3. Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

**Artigo 39.º****Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no título VII do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica AcinGov.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025****Artigo 40.º****Notificações e comunicações**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

**Artigo 41.º****Prevalência**

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente convite prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

**Artigo 42.º****Revogação da decisão de contratar**

1. A Entidade Adjudicante poderá, em qualquer momento do procedimento, mediante decisão fundamentada, revogar a decisão de contratar, pondo termo ao presente procedimento de contratação pública, caso se depare com qualquer circunstância ou vicissitude que impeça ou coloque em risco, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, o financiamento atribuído no âmbito do projeto aprovado no âmbito Aviso de Abertura de Concurso n.º 01/C19-i08/2024 – Territórios Inteligentes – AMA | Aquisição e desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana, do Plano de Recuperação e Resiliência, ainda que por motivos alheios aos concorrentes, designadamente, e sem exclusão de outros:

- a. No caso de a Entidade Adjudicante, concluir, fundamentadamente, não ser objetivamente possível executar o contrato no prazo previsto no Caderno de Encargos e dentro do limite temporal imposto no sobredito Aviso.
- b. Em caso de revogação da decisão de contratar, não assiste aos Concorrentes o direito a qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for.

**Artigo 43.º****Possibilidade de ajuste direto**

A Entidade Adjudicante pode recorrer ao ajuste direto para contratação de serviços similares, desde que os mesmos estejam em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

**Artigo 44.º****Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Convite e nas demais

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato, aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável, incluindo as adaptações ao CCP efetuadas pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/CLPQ/AMRAM/2025**

**ANEXO I - DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)**

[a que se refere a alínea n.º 1 do artigo 168.º do CCP]

<https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>